



Editorial

Letícia Moreira Sígolo*

*Universidade São Judas Tadeu, Brasil, lesigolo@yahoo.com.br

Esta edição da revista arq.urb apresenta um conjunto diversificado de artigos, que abordam desde temas relacionados à história da arquitetura, cotejando seus fundamentos teóricos e conceituais com seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais, a temas relacionados às políticas públicas e seus rebatimentos nos processos de (re)produção social do espaço urbano, à formação e à prática profissional de arquitetos e urbanistas, bem como à utilização de novas tecnologias nas leituras urbanas; diversidade temática que muito contribui para a discussão no campo da Arquitetura e do Urbanismo, reforçando o compromisso desta revista. Os três primeiros artigos, ao introduzirem e revisitarem debates sobre a arquitetura moderna, seus paradigmas, traduções e revisões, no contexto nacional e internacional, iluminam o passado e trazem elementos que colaboram para a compreensão dos desafios colocados ao fazer arquitetônico atual, bem como para a construção de novos caminhos. Os dois artigos seguintes discutem o papel do Estado na (re)produção do espaço urbano, seja na provisão habitacional, seja na preservação do patrimônio histórico cultural e arquitetônico, resgatando a trajetória de políticas públicas implementadas no país. Os dois últimos artigos refletem sobre a formação e a prática profissional de arquitetos e urbanistas, bem como sobre possibilidades de aprimorar as leituras e os estudos dos fenômenos urbanos, ao se debruçarem sobre a utilização de novas tecnologias relacionadas à geoinformação e de dispositivos remotos para o mapeamento de percepções das cidades.

Abrindo esta edição, o artigo **Adolf Behne e a Construção do Movimento Moderno - Parte 3**, de Maria Isabel Imbroni, da Universidade São Judas Tadeu, encerra a sequência de artigos da autora dedicados a contextualizar, traduzir e perscrutar o debate empreendido pelo filósofo alemão Adolf Behne em cada um dos capítulos de seu livro "A Construção Funcional Moderna", publicado em 1923. Este artigo é dedicado ao terceiro e último capítulo do livro, intitulado "Não mais espaço conformado, mas realidade configurada", que se debruça sobre as mudanças de

pensamento em curso nas primeiras décadas do século XX, no bojo do avanço das vertentes racionalistas sobre a Europa Ocidental, sobretudo na França e na Holanda, e seus rebatimentos na corrente funcionalista alemã. Para a construção deste debate, são enredados diálogos com o pensamento corbusieriano, um dos principais representantes da vertente racionalista em ascensão neste momento, registrado em publicações contemporâneas à escritura do livro analisado de Behne, e posteriormente consolidado no livro "Por uma arquitetura", publicado em 1958. No artigo, a autora sintetiza o pensamento de Behne sobre o Movimento Moderno na arquitetura como uma trajetória que partia da "autonomia do edifício tridimensional, menos submetido à frontalidade regrada da fachada", e que buscava integrar-se à vida, "pelo organismo conformado da arquitetura funcionalista e pela abrangência do projeto sistematizador e configurador de uma nova e moderna realidade". O filósofo alemão destaca que apesar de ambas as vertentes racionalista e funcionalista compartilharem a invocação às máquinas, à eficiência e à "expressão de seu tempo", enquanto a primeira se orientava por princípios de organização sistemáticos e aplicáveis à larga escala, a segunda redundava em objetos únicos, o que, para ele, evidenciava, na primeira, uma nova abordagem "que transcende a produção do edifício enquanto objeto particularizado rumo a uma concepção ampla, abrangente e sistemática do espaço, que considera estratégias formais e produtivas na escala do conjunto de elementos agrupáveis". Todavia, a autora ilumina alertas importantes feitos por Behne sobre os rumos do racionalismo, que, se levado ao extremo, poderia resultar em uma cidade com "máscara, opressiva e tirânica", que violentaria a vida pela rigidez na separação das dinâmicas urbanas e das práticas sociais, apontando que os edifícios – seus espaços, estruturas e atividades –, além de refletir uma visão de totalidade, deveriam atender a demandas de um conjunto amplo de casos particulares, que poderiam, inclusive, alterar-se no tempo.

Dando sequência às reflexões sobre os fundamentos teóricos e práticos do projeto arquitetônico, em diálogo com os paradigmas da arquitetura moderna, sobretudo os corbusierianos, que apostam na ortogonalidade e racionalidade como princípios organizadores, o artigo **Rampas: o espaço em movimento de Nouvel e Parent**, de Sílvia Maciel Savio Chatagnier, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com base nos projetos de Jean Nouvel, destacadamente no não-construído Museu Guggenheim Rio (2002), explora a presença do legado de seus mestres, Claude Parent e Paul Virillio, fundamentando-se no conceito de Arquitetura Oblíqua, desenvolvido nos anos 1960 e que apostava no movimento como forma de experimentação do espaço arquitetônico. Como destaca a autora, “A função oblíqua cunhada por Parent e Virillio era oposta às diretrizes modernas de coordenadas ortogonais, formas racionais e funcionalismo. Se, por um lado, Le Corbusier defendia a ortogonalidade na arquitetura, por sua vez, em 1964, o arquiteto e o filósofo pleiteavam o uso de rampas e deslocamentos, que possibilitassem alternativas mais democráticas e experiências plurais dos espaços, menos autoritárias e desiguais”. Segundo a autora, a função oblíqua ampliou o significado dos percursos na arquitetura, que deixaram de se restringir a seus aspectos exclusivamente relacionados à visão. A rampa passa a ser incorporada no espaço arquitetônico como elemento de alteração perceptiva e de integração estrutural do edifício, o que, no artigo, é evidenciado na análise das 62 pranchas de apresentação do projeto do Museu Guggenheim para o Rio de Janeiro.

Enfocando o processo de internacionalização da arquitetura brasileira, sobretudo nos anos 1960 e 1970, o artigo **Os projetos paranaenses para o Euro Kursaal e a internacionalização da arquitetura brasileira na década de 1970**, de Isabella Caroline Januário e Renato Leão Rego, ambos da Universidade Estadual de Maringá, e de Luis Salvador Petrucci Gnoato, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, analisa o contato com o debate internacional no campo da arquitetura e do urbanismo e sua apropriação por parte de um grupo de arquitetos paranaenses: Ludomir Ficinski, Roberto Gandolfi, Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi e Jaime Lerner, que ficou conhecido como o Grupo do Paraná, e cuja inserção internacional foi ampliada após sua conquista do segundo lugar no Concurso do Complexo Turístico Euro Kursaal, em San Sebastian, Espanha, em 1965. A análise foi construída com base no conceito de zonas de contato arquitetônicas, atentando-se ao percurso trilhado por esse grupo de arquitetos entre 1965 e 1972, que envolveu, além da

premiação já citada, participações posteriores em outros concursos, viagens, congressos internacionais e intercâmbios acadêmicos, entre outros acontecimentos, culminando com a apresentação de dois novos projetos para o Complexo Turístico Euro Kursaal após a desclassificação do primeiro colocado no concurso original, agora com a equipe dividida em dois grupos e tendo visitado San Sebastian. A partir de uma análise comparativa entre o projeto de 1965 e os dois projetos desenvolvidos em 1972, os autores do artigo constatam a incorporação de ideias que estavam em circulação no cenário internacional naquele momento, posto que as novas propostas apresentavam “soluções híbridas de projeto que levaram a alternativas ao ideário modernista, rumando para uma limiaridade com relação ao pensamento pós-modernista”, estabelecendo relações mais contundentes com o entorno físico e uma interpretação do programa de necessidade mais atenta a suas especificidades.

Caminhando pelas questões relacionadas à preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico nacional, o artigo **O Programa Monumenta e os principais programas de preservação antecedentes**, de Janaína Antunes dos Santos, da Faculdade Meridional, debruça-se sobre a atuação do Estado nesta área a partir da análise do Programa Monumenta, instituído em âmbito nacional no final dos anos 1990 e implementado no início dos anos 2000, por meio de uma articulação entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Ministério da Cultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este programa sucedeu a dois outros importantes programas de abrangência nacional, o PCH - Programa de Reconstrução de Cidades Históricas, e o CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, implementados nos anos 1970 e mobilizados pela autora para a investigação de continuidades e mudanças nas políticas de preservação cultural implementadas no país. Com este objetivo, a autora resgata brevemente o processo de institucionalização da política de preservação cultural brasileira desde a década de 1930, destacando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, em 1937, e também as alterações nas concepções das políticas de preservação cultural em decorrência de uma ampliação do entendimento de patrimônio histórico, sobretudo no âmbito dos debates internacionais que resultaram na elaboração de documentos de referência como a Carta de Veneza, de 1964, e a Carta de Quito, de 1967. A autora destaca que este alargamento conceitual implicou a substituição da

noção de "cidade monumento" pela de "cidade documento", com a valorização dos processos de desenvolvimento das cidades, para além de suas expressões estéticas. Alinhados a estas novas concepções mais abrangentes, os programas PCH e CNRC introduziram estratégias que articularam a preservação do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico com o desenvolvimento econômico local, com vistas a garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo. Alimentando-se destas experiências anteriores, o Programa Monumenta, por sua vez, apresentou uma proposta também abrangente, envolvendo "a restauração de monumentos culturais nacionais, reabilitação de espaços públicos, financiamento para reparos em imóveis particulares, além de capacitação e educação patrimonial". Em que pese o seu caráter inovador, a autora destaca como uma das fragilidades do programa, para além dos já conhecidos desafios colocados para a preservação cultural no país, sua aposta excessiva no turismo cultural.

Prosseguindo nas investigações sobre o papel do Estado na produção e apropriação do espaço urbano, mais especificamente na provisão habitacional, o artigo **A atuação do Estado e segregação: a questão da habitação em São João Nepomuceno/MG**, de Maurício Velasco, do Instituto de Arte e Projeto de Belo Horizonte, e de Raquel Gonçalves, da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa as cartografias da segregação socioespacial em um município de pequeno porte, São João Nepomuceno, na macrorregião da Zona da Mata, no interior de Minas Gerais, a partir das trajetórias das políticas públicas de habitação implementadas e de seus diálogos com as dinâmicas econômicas locais, sobretudo as atreladas à indústria têxtil e de vestuário, e com as correlações de forças presentes. Para tanto, o artigo mobiliza um referencial teórico de matriz marxista sobre a atuação do Estado e o papel do planejamento urbano na (re)produção social do espaço, destacadamente os trabalhos de Henri Lefebvre, Mark Gottdiener, e Jean Lojkine, entre outros, que colocam em relevo os conflitos inerentes entre capital e trabalho no modo de acumulação capitalista. Aproximando-se das especificidades das cidades da periferia do capitalismo, como as brasileiras, os autores se debruçam sobre o modelo de industrialização nacional e a sua correlação com o processo de urbanização desigual e combinado que se desenvolveu no país, bem como com as políticas habitacionais implementadas desde o período varguista até o período lulista, cotejando-os com os avanços no arcabouço regulatório da política urbana nacional após a Constituição Federal de 1988. A evolução da mancha urbana de São João

Nepomuceno/MG é analisada atentando-se à distribuição das classes sociais no território e aos padrões de segregação socioespaciais presentes no município. Segundo os autores, as sucessivas políticas habitacionais implementadas, bastante expressivas em seus resultados, de modo excludente e seletivo, reservaram as áreas a oeste do córrego e da ferrovia à reprodução da classe trabalhadora, tornando-os "importantes fronteiras sociais". O artigo investiga, assim, a economia política da provisão habitacional em São João Nepomuceno e destaca a abrangente "participação do poder estatal na implantação das áreas pobres, em contraponto à não ação estatal ou sua ausência no tratamento dos espaços de reprodução que marcam grande parte das periferias brasileiras e de outros países". Para esta vulgosa atuação estatal, os autores apontam duas justificativas, uma de caráter fiscal, pela decorrente ampliação do montante arrecadado com impostos prediais urbanos, e outra atrelada a interesses eleitorais e à sobrevivência de determinados grupos políticos, pelas práticas clientelistas a ela imbricadas.

Para análises socioespaciais como a empreendida no artigo anterior, o texto **Geoinformação e as Geotecnologias na Formação do Arquiteto e Urbanista: Uma análise crítica**, de Patrícia Luana Costa Araújo e Bianca Cristine Faro Rodrigues, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Larissa Gomes de Andrade e Jessilla Fernanda Aguiar de Oliveira, da Universidade Estácio de Sá, de Yasmin Machado Oliveira e Karolyne Linhares Longchamps Fonseca, da Universidade Federal Fluminense, e de Rita Maria Cupertino Bastos e Felipe Gonçalves Amaral, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destaca a importância do conhecimento geoinformacional e de suas tecnologias frente à complexidade inerente à (re)produção do espaço na atualidade e ao desafio de levantar, sistematizar e correlacionar um conjunto amplo de informações e dados de diferentes campos disciplinares. Neste artigo, o grupo de pesquisadores de três diferentes instituições de ensino superior, com base nas resoluções de órgãos competentes, destacadamente o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e o Ministério da Educação (MEC), ilumina as habilidades e competências atribuídas aos arquitetos e urbanistas para o desempenho de sua profissão, e enfatiza o quanto a geoinformação e as geotecnologias devem ser incorporadas à sua formação e prática profissional, com vistas a "ampliar o entendimento do arquiteto urbanista sobre o lugar de intervenção e resultar numa proposta projetual completa e funcional". Diante do grande volume de informações dispersas, os autores defendem que "a área da geoinformação tem um

papel importante em integrar essas informações e oferecer diferentes formas de representação para o entendimento de padrões espaciais, temporais e espaço-temporais, facilitando assim a análise do mundo real". Todavia, após análise criteriosa das grades curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo listados pelo MEC, bem como de trabalhos de conclusão de curso premiados em concursos renomados, como o "Opera Prima" e o "Melhores trabalhos de conclusão do Archdaily", os autores afirmam que o conhecimento geoinformacional tem sido insuficientemente incorporado à formação dos arquitetos e urbanistas no país.

Trazendo outras contribuições acerca de procedimentos metodológicos e de ferramentas capazes de contribuir para qualificar e aprofundar as leituras urbanas, o artigo **No meio do caminho tinha um graffiti: um dispositivo remoto para mapeamento da percepção**, de Paolla Clayr de Arruda Silveira, da Universidade do Rio de Janeiro, apresenta e analisa um dispositivo metodológico que, com base nos conceitos da Etnotopografia e do mapeamento visual e aplicado de forma remota, permite desvelar "atributos e elementos da percepção, pertencimento, cultura, memória e identidade" presentes nos diferentes contextos urbanos, com vistas a verificar de que modo as táticas discursivas inculcadas nas cidades são experimentadas e percebidas em nosso cotidiano. Apoiado em pensadores atentos às linguagens "que se associam, competem, se anulam ou entram em conflito" na cidade, como Bernardo Secchi, Beatriz Sarlo, Michel De Certeau, Lucrecia Ferrara, e Amos Rapoport, entre outros, a autora dedica-se a analisar a interação entre sujeitos e arte urbana. Debruçando-se sobre as "análises dos conteúdos inscritos nos discursos sobre a cidade, seus espaços e os sujeitos que a animam por meio do discurso não-verbal", o artigo é baseado em uma experiência empírica de aplicação do dispositivo metodológico apresentado, uma oficina virtual promovida em um evento acadêmico, que teve como recorte espacial um trecho da Avenida XV de Novembro, na região central da cidade de Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro, onde se encontram os grafittis produzidos no âmbito do Festival Campos Graffiti, realizado em 2016. Esta experiência de aplicação em ambiente virtual de novas tecnologias aos estudos urbanos é particularmente relevante em situações em que há impedimentos a visitas *in loco*, como os colocados pela pandemia da Covid-19.

Após esta breve apresentação dos artigos que compõem a presente coletânea, cabe, por fim, em contraposição aos ataques e à negação da ciência que vemos

crescer preocupantemente nos últimos anos, reafirmar a importância da pesquisa científica, seriamente empreendida nas tantas vezes vilipendiadas instituições de ensino do país, bem como de sua ampla publicização, para o aprofundamento da reflexão crítica e para o aprimoramento da formação e das práticas no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Desejo a vocês uma boa leitura!